

cbdl
DIAGNÓSTICO PARA A VIDA

PANORAMA
ECONÔMICO
DA INDÚSTRIA DO
DIAGNÓSTICO
LABORATORIAL



websetorial

JAN.-JUN.
2026

3

CÂMARA BRASILEIRA DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL (CBDL)

PRESIDENTE EXECUTIVO

Carlos Eduardo Paula Leite Gouvêa

PRESIDENTE

Fulvio Facco (The Binding Site)

VICE-PRESIDENTE

Marcos Phillipsen (Euroimmun)

DIRETOR FINANCEIRO

Fabio Arcuri de Carvalho (Diagnóstica Brasil)

DIRETOR CIENTÍFICO

Denilson Laudares (Celer)

DIRETOR DE INOVAÇÃO

Guilherme Ambar (Seegene)

DIRETORA DE COMPLIANCE

Eliane Calegare (Abbott)

ELABORAÇÃO

Coordenação

Liliana Maria Perez Marques

Projeto Gráfico

Laika Design

Diagramação

Fabíola Paneque

Websetorial/ Indusfórum Consultoria Econômica

Patrícia Vêras Marrone

Revisão

Paulo Teixeira Editorial (PTed)

SUMÁRIO

03	Sumário executivo
04	Destaques CBDL referentes ao mercado de diagnóstico "in vitro" no 1º semestre de 2026
05	Conjuntura macroeconômica
08	Desempenho geral do setor
09	dados recentes relativos aos procedimentos em diagnóstico laboratorial no Brasil
14	Comércio internacional
15	Origem das importações
16	Destino das exportações
18	Estimativa de impactos na economia brasileira e nas empresas associadas à CBDL do fim da escala 6x1
22	Informações relevantes sobre o mercado

Sumário Executivo

O Panorama Econômico da Indústria do Diagnóstico Laboratorial (edição 3, janeiro a junho de 2026) da CBDL aponta crescimento acelerado do setor no Brasil.

O consumo aparente avançou 10,6% no período de 12 meses encerrado em junho de 2026 (ante 8,4% no intervalo anterior), impulsionado pela produção doméstica (+6,6%) e pelas importações (+11,5%, totalizando US\$ 1,97 bilhão). As exportações cresceram 7,0% (US\$ 208,6 milhões), resultando em déficit comercial de US\$ 1,76 bilhão (alta de 12,1%).

Em 2025, o país realizou 1,96 bilhão de exames de diagnóstico laboratorial: 593,2 milhões na rede ambulatorial e 33,8 milhões na hospitalar da saúde suplementar, além de 1,1 bilhão (ambulatorial) e 221,5 milhões (hospitalar) no SUS, com expansão total de 3,1% em relação a 2024, liderada pelo SUS hospitalar (+6,9%) e pela ANS ambulatorial (+5,8%).

No desempenho setorial, os procedimentos de diagnóstico clínico no SUS subiram 4,0% em volume e 4,3% em valor nos 12 meses até junho de 2026, concentrados majoritariamente no laboratório clínico ambulatorial (preço médio em torno de R\$ 4,20–12,60, conforme o recorte).

A inflação de exames laboratoriais (+4,65%) acompanhou o IPCA geral (+4,64%), enquanto exames de imagem, hospitalização e planos de saúde tiveram reajustes superiores.

A conjuntura macroeconômica, marcada por tensões geopolíticas, “neomercantilismo”, déficits fiscais elevados (EUA e Brasil) e juros altos (Selic projetada perto de 13,75%), gera ambiente desafiador, com projeção de crescimento do PIB brasileiro revisada para 1,9% em 2026.

Entre os destaques adicionais, estima-se impacto anual de R\$ 4,8 bilhões com pessoal assalariado nas empresas filiadas à CBDL caso haja o fim da escala 6x1.

O boletim reforça a importância da escala de produção para a sustentabilidade no fornecimento ao SUS, a dependência de importações (cerca de 50,9% do consumo aparente de reagentes) e a necessidade de políticas que fortaleçam competitividade, inovação e equilíbrio fiscal para preservar a autonomia do setor e da economia brasileira diante de um cenário global mais restritivo.

Destaques CBDL 2026

JAN A JUN



Crescimento do mercado medido pelo consumo aparente, de **10,6%** de julho de 2025 a junho de 2026, no setor de diagnóstico laboratorial



Produção doméstica
(+6,6%)



Balança comercial
US\$ -1.763.290
(aumento do déficit em 12,1%)



Importações
US\$ 1.971.851
(+11,5%)



Exportações
US\$ 208.561
(+ 7,0%)



593,2

milhões de exames de diagnóstico clínico na rede ambulatorial

e **33,8**

milhões na rede hospitalar da saúde suplementar.



1,1 bilhão e

221,5

milhões de exames nas redes ambulatorial e hospitalar, no **SUS**



Total de

1,96

bilhão de exames de diagnóstico laboratorial realizados no Brasil, em **2025**



Estimativa de impacto de

R\$ 4,8 bilhões por ano com pessoal assalariado com o fim da escala **6x1** nas empresas do filiadas à CBDL.



Conjuntura macroeconômica

POR PATRÍCIA MARRONE
19 DE AGOSTO DE 2026

As questões geopolíticas globais e o “Neomercantilismo”:

Além dos conflitos armados no Oriente Médio, o mundo enfrenta, hoje, outra forma de instabilidade: a aplicação deliberada de políticas de restrição de oferta e de imposição de tarifas como instrumentos de coerção econômica.

Os citados instrumentos têm sido utilizados por diversos países como ferramentas, com o objetivo de influenciar decisões políticas e estratégicas de outras nações – mesmo quando esses países não possuem o poderio militar dos Estados Unidos. Esse movimento liderado pelas grandes potências tem sido intitulado como “Neomercantilismo”.

Tal cenário é especialmente desafiador para nações com elevado endividamento público.

Com poucos instrumentos disponíveis para reagir, esses países se veem vulneráveis a choques externos, que, em vez de transitórios, se tornaram praticamente permanentes.

Nesse contexto, a política monetária tradicional – especialmente o ajuste das taxas de juros – perde grande parte de sua eficácia como mecanismo de resposta a tais pressões geopolíticas e comerciais.

Estados Unidos, déficits em descontrole: Nos Estados Unidos, os 10% mais ricos da distribuição de renda são responsáveis pela maior parte do consumo agregado do país. As classes média, média-baixa e baixa renda vivem uma realidade bastante distinta, sendo fortemente impactadas pela inflação de 3,5% ao ano – que pressiona especialmente os preços de gasolina e alimentos – e pelos juros entre 3,5% e 3,75% ao ano, que encarecem as hipotecas. Isso ocorre mesmo com uma taxa de desemprego ainda baixa (4,3%). Como resultado, o consumo das famílias recuou 1,3% em 2026 em relação ao ano anterior.

Do ponto de vista fiscal, a situação é delicada. O déficit público subiu de 6,8% do PIB em 2025 para 7,5% em 2026, reflexo da

combinação entre redução de tributos e aumento de gastos com defesa e controle de fronteiras. Com isso, a dívida bruta do governo federal passou de 124% para 126% do PIB no mesmo período. Estudos indicam que, caso a dívida dos EUA atinja 210% do PIB, o equilíbrio fiscal se tornará irreversível, com risco de falta de compradores para os títulos do Tesouro americano. Mantida a trajetória atual de gastos, especialmente com a área da saúde, esse patamar pode ser alcançado em 14 a 20 anos.

O que tem sustentado o crescimento econômico norte-americano são os robustos investimentos das empresas ligadas à Inteligência Artificial (equipamentos, semicondutores e infraestrutura), que avançaram 10,4% nos últimos 12 meses. Embora a IA deva elevar a produtividade e o crescimento potencial em cerca de 1,5 ponto percentual acima da tendência da última década, esse impulso tende a ser temporário e não resolverá o desequilíbrio fiscal estrutural.

Além disso, grande parte da criação recente de empregos tem sido concentrada no setor de saúde. Em um eventual ajuste fiscal mais duro, esse setor seria um dos primeiros a sofrer cortes (via Medicare e Medicaid), dada a elevada participação que tem nas despesas públicas.

Portanto, os estadunidenses precisam adotar urgentemente medidas de disciplina fiscal para evitar uma crise de magnitude significativa na próxima década.

Europa: Diante da perspectiva de guerra no Irã mais prolongada e revisões para cima da inflação (3,0% em 2026), o Banco Central Europeu elevou as taxas de juros para 2,25% em junho de 2026. Para a atividade econômica, a previsão será de crescimento médio de 0,8% em 2026. O fraco desempenho da Europa decorre do fato de não ter conseguido explorar os avanços tecnológicos gerados nos EUA e ter problemas com segurança e defesa, que precisará enfrentar.

Países em desenvolvimento: O Banco Mundial aponta para a fraca expansão das economias em desenvolvimento, na última década, – com exceção da China e da Índia – estagnando o

seu progresso rumo aos níveis de renda das economias mais avançadas. Devem crescer 3,6% em 2026, abaixo dos 4,4% registrados em 2025. Essa desaceleração reflete os efeitos do conflito sobre os mercados de energia, com alta dos preços do petróleo, aceleração da inflação e aumento dos custos de financiamento.

O China, no menor ritmo de crescimento em décadas: A economia chinesa dá sinais de enfraquecimento da demanda do consumidor (aumento de 1% do varejo em junho) e de queda nos investimentos (de 5,7% no primeiro semestre). O PIB cresceu 4,3% no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Foi o resultado mais fraco desde a adoção formal da divulgação do PIB, no começo dos anos 1990, excluindo-se os três anos da pandemia da Covid-19. Essa desaceleração decorre da prolongada crise do setor imobiliário, do fraco consumo interno, de tensões com parceiros comerciais, mesmo em um cenário de aumento das exportações. A economia chinesa continua a depender do comércio exterior para sustentar a própria economia.

América Latina e Brasil: O conflito no Oriente Médio tem gerado turbulências nas áreas de energia, fertilizantes, logística e preços, piorando o ambiente de negócios na América Latina. O menor dinamismo da economia global e a fraca demanda interna trazem as perspectivas de que, segundo as previsões do Banco Mundial, a região crescerá 2,2% em 2026, abaixo das previsões para o crescimento médio da economia mundial, de 2,5%, segundo a mesma entidade.

Brasil – Soberania de quem: No primeiro semestre de 2026, os efeitos do novo ambiente geopolítico e do avanço de políticas neomercantilistas tornaram-se evidentes para o Brasil. Dentre os principais acontecimentos, destacam-se, a saber: (i) a imposição de tarifas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros; (ii) a adoção, pela China, de medidas de salvaguarda que deverão reduzir em cerca de 35% as importações de carne bovina brasileira; e (iii) a suspensão da habilitação do Brasil para exportar carne bovina à União Europeia em razão de restrições relacionadas ao uso de antimicrobianos na pecuária. Tamanha dificuldade mostra que a deterioração do cenário internacional expôs fragilidades estruturais da economia brasileira que, até então, vinham sendo parcialmente mascaradas pelo elevado ingresso de capitais estrangeiros. O ambiente externo tornou-se menos favorável justamente

quando os desequilíbrios internos se intensificaram.

No plano doméstico, o quadro fiscal deteriorou-se de forma significativa. A dívida bruta do governo geral, equivalente a 71,4% do PIB em 2023, alcançou cerca de 83,3% do PIB em 2026 e, mantidas as tendências atuais, poderá atingir aproximadamente 115% do PIB em 2035. Esse processo resulta da combinação entre expansão contínua das despesas obrigatórias, aumento de benefícios fiscais e dificuldades para conter o crescimento do gasto público.

No Poder Legislativo, preocupam os elevados custos associados aos supersalários, ao crescimento das emendas parlamentares e à tramitação de projetos com impacto fiscal estimado entre R\$ 111 bilhões e R\$ 140 bilhões por ano, além da proposta de ampliação da aposentadoria especial para trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde, cujo custo potencial é estimado em R\$ 7,8 bilhões anuais.

No Poder Executivo, destacam-se os gastos decorrentes dos supersalários de milhares de servidores, o crescente desequilíbrio financeiro das empresas estatais – que exigem aportes cada vez maiores do Tesouro Nacional – e a ampliação de programas e benefícios fiscais, como a isenção do Imposto de Renda para rendimentos de até R\$ 5 mil mensais, o Gás do Povo e o Desenrola, entre outras iniciativas, cujo impacto fiscal conjunto foi estimado em cerca de R\$ 215 bilhões em 2026.

No Poder Judiciário, a continuidade da expansão das remunerações acima do teto constitucional e dos chamados “penduricalhos” também voltou a despertar preocupação quanto à trajetória das despesas públicas.

O aumento acelerado do endividamento público pressiona a manutenção de taxas de juros elevadas por um período prolongado. Esse ambiente encarece o crédito para famílias e empresas, reduz o investimento produtivo, dificulta a expansão da capacidade industrial e compromete o potencial de crescimento da economia.

Ao mesmo tempo, juros elevados e menor dinamismo econômico reduzem o valor relativo de diversos ativos nacionais, tornando setores estratégicos – como infraestrutura, logística, mineração e energia – mais suscetíveis à aquisição por investidores estrangeiros. Em um cenário de crescente competição geopolítica, essas questões limitam a capacidade do país de preservar ativos considerados estratégicos para seu desenvolvimento.

Nesse contexto, o discurso de defesa da soberania nacional passa a conviver com políticas econômicas que podem reduzir a autonomia efetiva do próprio Estado. Soberania não se

sustenta apenas em declarações políticas ou posicionamentos diplomáticos, mas depende da existência de fundamentos macroeconômicos sólidos, estabilidade institucional, segurança jurídica, capacidade de investimento e competitividade.

Na prática, a combinação entre deterioração fiscal, juros elevados e insegurança jurídica enfraquece o ambiente de negócios justamente em um momento em que o neomercantilismo amplia as barreiras ao comércio internacional. Como consequência, o Brasil perde competitividade, reduz sua capacidade de atrair investimentos produtivos e vê diminuir a própria margem de autonomia econômica.

Os reflexos desse quadro já aparecem nos principais indicadores. A inflação permanece em torno de 4,75%, acima do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), ao passo que a taxa Selic deverá encerrar 2026 próxima de 13,75%, permanecendo entre as mais elevadas do mundo. Em junho de 2026, o Banco Mundial revisou para baixo a projeção que tinha sobre o crescimento do PIB brasileiro, de 2% para 1,9%, refletindo tanto a piora do cenário internacional quanto as limitações domésticas. Além disso, a economia brasileira vem apresentando uma trajetória de ascensão progressivamente mais modesta.

Conclusão e perspectivas

O cenário internacional continuará desafiador ao longo de 2026. A intensificação das tensões geopolíticas, os conflitos no oriente médio, os riscos às cadeias globais de energia e a persistência de pressões inflacionárias tendem a desacelerar o crescimento mundial, o que deverá manter elevadas as taxas de juros em diversas economias.

Ainda assim, observa-se que os países mais resilientes são justamente aqueles que investem em inovação, inteligência artificial, diversificação energética, fortalecimento de suas cadeias produtivas e planejamento estratégico a longo prazo.

Nesse contexto, o conflito geopolítico representa apenas parte do desafio brasileiro. A maior ameaça à soberania nacional decorre das fragilidades internas que reduzem a capacidade do Estado de responder aos choques externos. Um país excessivamente endividado, dependente de juros elevados, com baixa taxa de investimento, insegurança jurídica e perda de competitividade dispõe de menos instrumentos para definir seus próprios rumos e proteger seus interesses estratégicos.

O Brasil dispõe de recursos naturais, mercado consumidor, base industrial e capacidade científica suficientes para ocupar uma posição de maior protagonismo no cenário internacional.

Entretanto, esse potencial dificilmente será alcançado sem uma estratégia nacional a longo prazo, que combine responsabilidade macroeconômica, política industrial moderna, inserção nas cadeias globais de maior valor agregado e aproveitamento dos ganhos de produtividade proporcionados pela inteligência artificial.

A pergunta, portanto, permanece atual: soberania de quem?

Se as decisões internas continuarem fragilizando as condições de crescimento, elevando o custo do capital e reduzindo a capacidade de investimento do país, a perda de autonomia não decorrerá apenas das pressões exercidas pelas grandes potências, mas também das escolhas realizadas dentro de nossas próprias fronteiras.

Em um mundo marcado pela competição econômica, tecnológica e geopolítica, a soberania deixa de ser uma palavra de ordem e passa a ser uma consequência da qualidade das políticas públicas e da capacidade do país de construir, preservar e financiar seu próprio desenvolvimento.

A VERDADEIRA SOBERANIA NÃO SE CONSTRÓI APENAS POR MEIO DE DISCURSOS, DECLARAÇÕES DIPLOMÁTICAS OU ENFRENTAMENTOS RETÓRICOS.

ELA RESULTA DA CAPACIDADE DE SUSTENTAR UMA ECONOMIA SÓLIDA, INSTITUIÇÕES CONFIÁVEIS, EQUILÍBRIO FISCAL, PRODUTIVIDADE CRESCENTE, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SEGURANÇA JURÍDICA.

É ESSA COMBINAÇÃO QUE PERMITE PRESERVAR ATIVOS ESTRATÉGICOS, AMPLIAR A INFLUÊNCIA INTERNACIONAL E REDUZIR VULNERABILIDADES DIANTE DE UM MUNDO CADA VEZ MAIS COMPETITIVO

DESEMPENHO GERAL DO SETOR

TABELA - 1

RESUMO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO DO SETOR DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL
EM VARIAÇÃO % | ATÉ JUNHO DE 2026

INDICADORES	PERÍODO	
	12 meses 2025/2024	12 meses Jul. 25 a Jun. 26/ Jul.24 a Jun. 25
Consumo Aparente (Produção + Importação-Exportação)	8,4%	10,6%
Produção doméstica	2,6%	6,6%
Importações*	9,1%	11,5%
Exportações *	12,9%	7,0%
Procedimentos de diagnóstico em laboratório clínico no SUS		
Número de procedimentos	1,3%	4,0%
Valor dos procedimentos	1,0%	4,3%
Preços ao Consumidor - Inflação pelo IPCA		
Índice Geral	4,3%	4,64%
Exame de laboratório	4,7%	4,65%
Hospitalização e cirurgia	5,7%	5,57%
Exame de imagem	5,7%	5,31%

*Lista de NCMs CBDL modificada em janeiro de 2026 Fonte: IBGE, COMEXTAT, DATASUS, ANS e WEBSETORIAL

ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

No período de julho de 2025 a junho de 2026, o setor de diagnóstico laboratorial apresentou aceleração do consumo aparente, que cresceu 10,6%, acima dos 8,4% registrados nos 12 meses anteriores. Esse desempenho foi sustentado tanto pela produção doméstica (+6,6%) quanto pelas importações (+11,5%), enquanto as exportações cresceram 7,0%.

A comparação com o período anterior mostra, portanto, uma expansão mais forte da demanda interna, acompanhada por maior dependência de produtos importados. O destaque negativo fica para as exportações, cujo crescimento desacelerou de 12,9% para 7,0%, indicando perda de dinamismo no mercado externo.

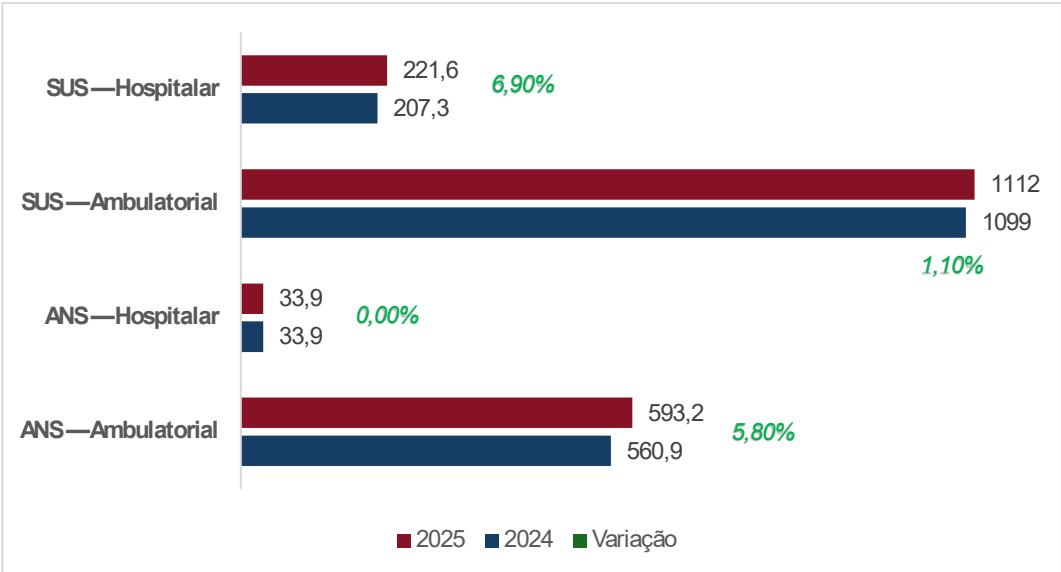
Pelo lado da demanda pública, observa-se que o número de procedimentos de diagnóstico em laboratório clínico no SUS aumentou 4,0%, ante 1,3% observado no período anterior. Esse resultado sugere uma recuperação da utilização dos serviços de diagnóstico na rede pública. Nota-se majoração no valores pagos pelos mesmos procedimentos (4,3%), apesar de ainda inferior à inflação verificada nos últimos doze meses.

No âmbito dos preços, a inflação acumulada pelo IPCA foi de 4,64%, ligeiramente superior aos 4,3% do período anterior. Os preços de exames laboratoriais (+4,65%) praticamente acompanharam a inflação geral, enquanto exames de imagem (+5,31%), hospitalização e cirurgia (+5,57%) e, principalmente, planos de saúde (+5,80%) apresentaram reajustes superiores ao índice geral (Tabela 1).

DADOS RECENTES RELATIVOS AOS PROCEDIMENTOS EM DIAGNÓSTICO LABORATORIAL NO BRASIL

GRÁFICO - 1

BRASIL: **QUANTIDADE** DE PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL **NA SAÚDE PÚBLICA (SUS) E NA SAÚDE SUPLEMENTAR**, POR LOCAL DE ATENDIMENTO | Em milhões de procedimentos e variação %, em 2024 e 2025



Fonte: DATASUS, ANS | Elaboração: WEBSETORIAL

ANÁLISE DOS INDICADORES DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR, SUS E NÃO SUS, DE 2025

Segundo os dados divulgados em julho de 2026 pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no ano de 2025, foram realizados 593,2 milhões de exames de diagnóstico clínico na rede ambulatorial e 33,8 milhões na rede hospitalar da saúde suplementar. Se somarmos os exames realizados nos sistemas suplementar e SUS, que no mesmo ano totalizaram 1,1 bilhão e 221,5 milhões de exames nas redes ambulatorial e hospitalar, respectivamente, obtemos um total de 1,96 bilhão de exames de diagnóstico laboratorial realizados no Brasil, em 2025. O volume total de procedimentos diagnósticos aumentou 3,1% em 2025, na comparação com 2024, impulsionado sobretudo

pelo crescimento do SUS Hospitalar (mais 6,9%) e da ANS Ambulatorial (mais 5,8%). Em contraste, a produção da ANS no atendimento hospitalar permaneceu sem variações relevantes no período (Gráfico 1). Chama a atenção a forte retração de 32,0% na realização de testes de biologia molecular no atendimento ambulatorial da saúde suplementar, enquanto a bioquímica avançou 7,4%, consolidando-se como o principal componente do volume de procedimentos realizados pela rede privada ambulatorial. Outro aspecto que merece destaque é o grande diferencial de preços médios pagos aos exames de diagnóstico por anatomia patológica e citopatologia entre a rede SUS (R\$ 33,6 médio por exame) e a rede NÃO SUS (R\$ 4,8 médio por exame). Estes movimentos indicam uma expansão desigual entre as diferentes modalidades de exames de diagnóstico laboratorial e diferenças de preços médios cobrados nos procedimentos entre as redes de atenção (Tabela 2).

TABELA - 2

EXAMES DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL TOTAIS REALIZADOS NO BRASIL **EM 2025** NOS SISTEMAS DE **SAÚDE SUPLEMENTAR E SUS** | Em milhares de procedimentos, reais (R\$), e em variação (%)

ANO	2024	2025			2025/2024
GRUPOS DE PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL	Quantidade aprovada A	Quantidade aprovada B	Valor aprovado (Mil R\$) C	Preço médio R\$ (C/B)	Variação na quantidade (B/A)
PROCEDIMENTOS NA SAÚDE PÚBLICA - SUS (Ambulatorial + Hospitalar)					
Diagnóstico por anatomia patologica e citopatologia	16.525	16.927	R\$ 569.471	R\$ 33,60	2,4%
Diagnóstico em laboratorio clinico	1.187.701	1.210.032	R\$ 5.053.298	R\$ 4,20	1,9%
Diagnóstico e procedimentos especiais em hemoterapia	21.397	22.130	R\$ 563.928	R\$ 25,50	3,4%
Diagnóstico em vigilancia epidemiologica e ambiental	2.369	2.268	R\$ 544	R\$ 0,20	-4,3%
Diagnóstico por teste rapido	78.715	82.104	R\$ 9.407	R\$ 0,10	4,3%
Total de procedimentos na rede SUS	1.306.707	1.333.460	R\$ 6.196.648	R\$ 4,60	2,0%
PROCEDIMENTOS NA SAÚDE SUPLEMENTAR - NÃO SUS (Ambulatorial + Hospitalar)					
Anatomia Patológica e Citopatológica	7.233	7.078	34.311	R\$ 4,80	-2,2%
Biologia Molecular	881	612	5.835	R\$ 9,50	-30,6%
Bioquímica (Sangue, urina e outros)	431.026	461.139	617.053	R\$ 1,30	7,0%
Coprologia	38	47	1.557	R\$ 33,00	25,8%
Endocrinologia laboratorial	5.537	5.903	15.897	R\$ 2,70	6,6%
Hematologia Laboratorial	71.327	71.498	128.734	R\$ 1,80	0,2%
Imunologia	46.682	48.214	202.548	R\$ 4,20	3,3%
Microbiologia	9.807	9.912	19.255	R\$ 1,90	1,1%
Urínalise	22.229	22.653	39.821	R\$ 1,80	1,9%
Total de procedimentos na rede Não SUS	594.760	627.056	1.065.012	R\$ 1,70	5,4%
Total SUS + NÃO SUS	1.901.468	1.960.516	R\$ 7.261.661	R\$ 3,70	3,1%

Fonte: DATASUS. Os dados da ANS foram divulgados em julho de 2026 e compilados segundo os grupos de procedimentos || Elaboração: WEBSETORIAL

ANÁLISE DOS INDICADORES DE AMBULATORIAL SUS, ATÉ JUNHO DE 2026

No Brasil, no âmbito do serviço ambulatorial do Sistema Único de Saúde (SUS), foram realizados 1,12 bilhão de exames de diagnóstico in vitro nos 12 meses contados **entre julho de 2025 e junho de 2026**, correspondendo a um valor total de aproximadamente R\$ 6 bilhões e a um preço médio de R\$5,4 por

procedimento. De janeiro a dezembro de 2025 foram 1,11 bilhão de exames só na rede ambulatorial.

Número de procedimentos de diagnóstico laboratorial no SUS:
Nos 12 meses contados de julho de 2025 a junho de 2026, foram realizados 13 milhões de procedimentos de anatomia patológica e citopatologia, dos quais 6 milhões ocorreram no primeiro semestre de 2026. Além dos exames laboratoriais e anatomopatológicos, o SUS registrou, nos 12 meses encerrados em junho de 2026, 19,2 milhões de procedimentos especiais

em hemoterapia, 2,3 milhões de procedimentos de vigilância epidemiológica e ambiental e aproximadamente 61 milhões de testes rápidos.

Variações em volume: O diagnóstico em laboratório clínico na rede ambulatorial concentra a maior parte do volume em análise e apresentou crescimento de 4,0% no período, enquanto os procedimentos especiais em hemoterapia avançaram 4,8% e os testes rápidos também cresceram 4,0%. Em contraste, exames de anatomia patológica e citopatologia registraram queda de 2,2%, e os de vigilância epidemiológica e ambiental apresentaram retração de 15,4% (Tabela 3 e Gráfico 2).

Variações em valor: Do ponto de vista econômico, os dados indicam que a expansão da demanda do SUS ocorre

predominantemente pelo aumento da quantidade de procedimentos, e não por uma elevação generalizada dos preços. O diagnóstico em laboratório clínico, que possui valor médio de aproximadamente R\$ 4,96 na rede ambulatorial, apresentou crescimento de apenas 4,0% no valor médio nos 12 meses até julho de 2026, enquanto anatomia patológica e citopatologia, com preço médio de R\$ 30,20 nesse tipo de atendimento, teve aumento de 2,0%. Já os valores pagos pelos procedimentos com testes rápidos apresentaram redução de 0,6% na média, mesmo com crescimento de 4,0% na quantidade (Tabela 3 e Gráfico 3).

Esse comportamento reforça a importância da escala das vendas para a sustentabilidade econômica de fornecimento de testes de diagnóstico ao SUS e evidencia diferenças relevantes entre os segmentos quanto à dinâmica de preços e volumes.

TABELA - 3

EXAMES DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL, **ATÉ JUNHO DE 2026, NO SUS**
Em milhares de procedimentos, em milhares de reais (R\$) e em variação (%)

ANO	Período	Variações em doze meses e no semestre		
GRUPOS DE PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL	Média mensal de procedimentos em 2025	2025/2024	Jul.25 a Jun.26/ Jul.24 a Jun. 2025	Jan a Jun 2026/ Jan. a Jun 2025
QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS NA SAÚDE PÚBLICA - SUS (Ambulatorial)				
Diagnóstico em laboratório clínico	84.761	1,3%	4,0%	2,3%
Anatomia patológica e citopatologia	1.132	1,5%	-2,2%	-7,6%
Procedimentos especiais em hemoterapia	1.562	2,6%	4,8%	4,9%
Vigilância epidemiológica e ambiental	188	-4,8%	-15,4%	5,2%
Teste rápido	5.139	2,0%	4,0%	-2,5%
VALOR DOS PROCEDIMENTOS NA SAÚDE PÚBLICA - SUS (Ambulatorial)				
Diagnóstico em laboratório clínico	R\$ 420.556	1,0%	4,3%	2,9%
Anatomia patológica e citopatologia	R\$ 34.191	5,6%	2,0%	-1,9%
Procedimentos especiais em hemoterapia	R\$ 42.069	0,4%	3,0%	3,2%
Vigilância epidemiológica e ambiental	R\$ 45	-4,4%	-55,8%	-51,8%
Teste rápido	R\$ 678	0,9%	-0,6%	-3,8%

Fonte: DATASUS || Elaboração: WEBSETORIAL

GRÁFICO - 2

BRASIL: QUANTIDADE MENSAL DE PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL DO SUS ATÉ JUNHO DE 2026

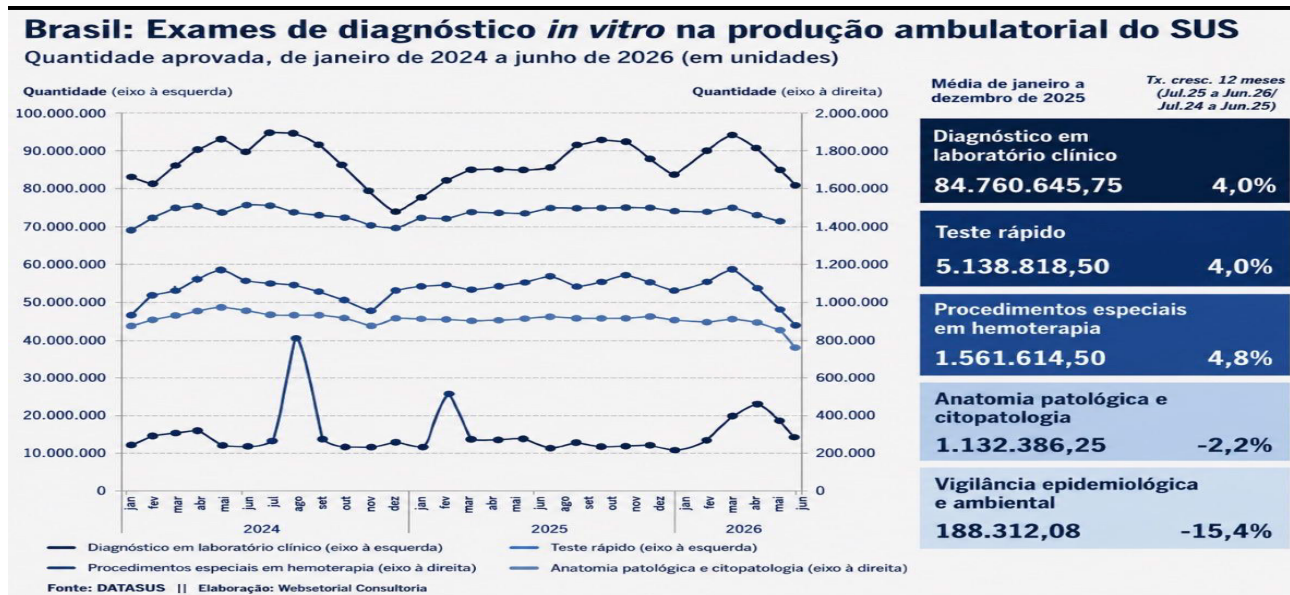
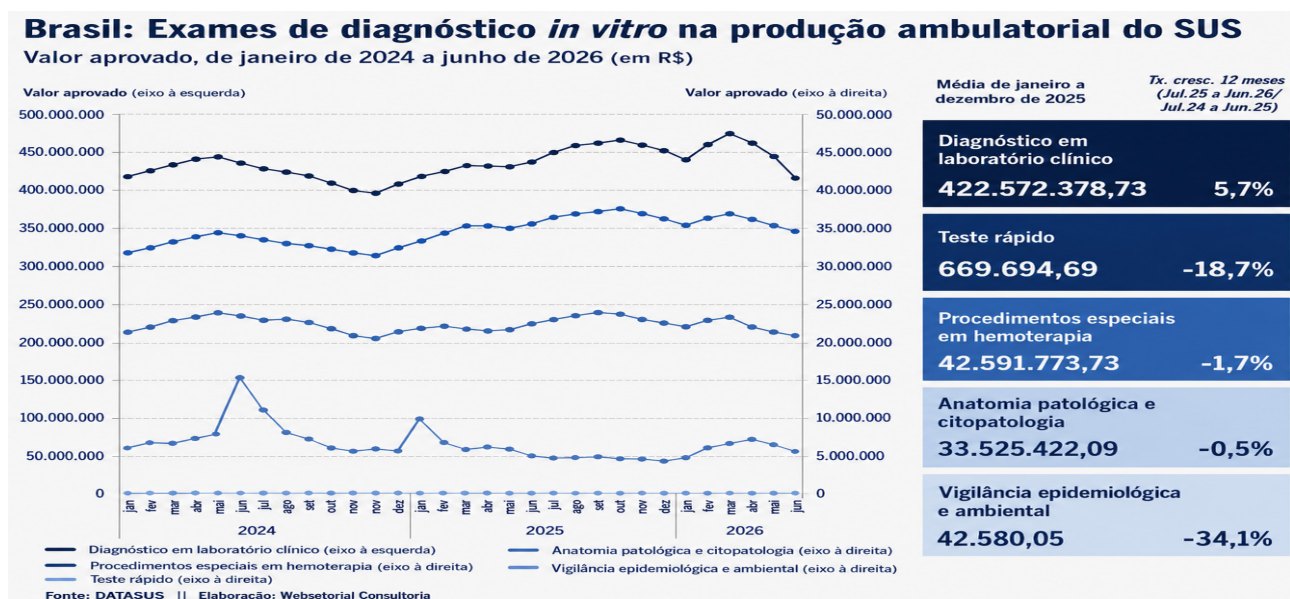
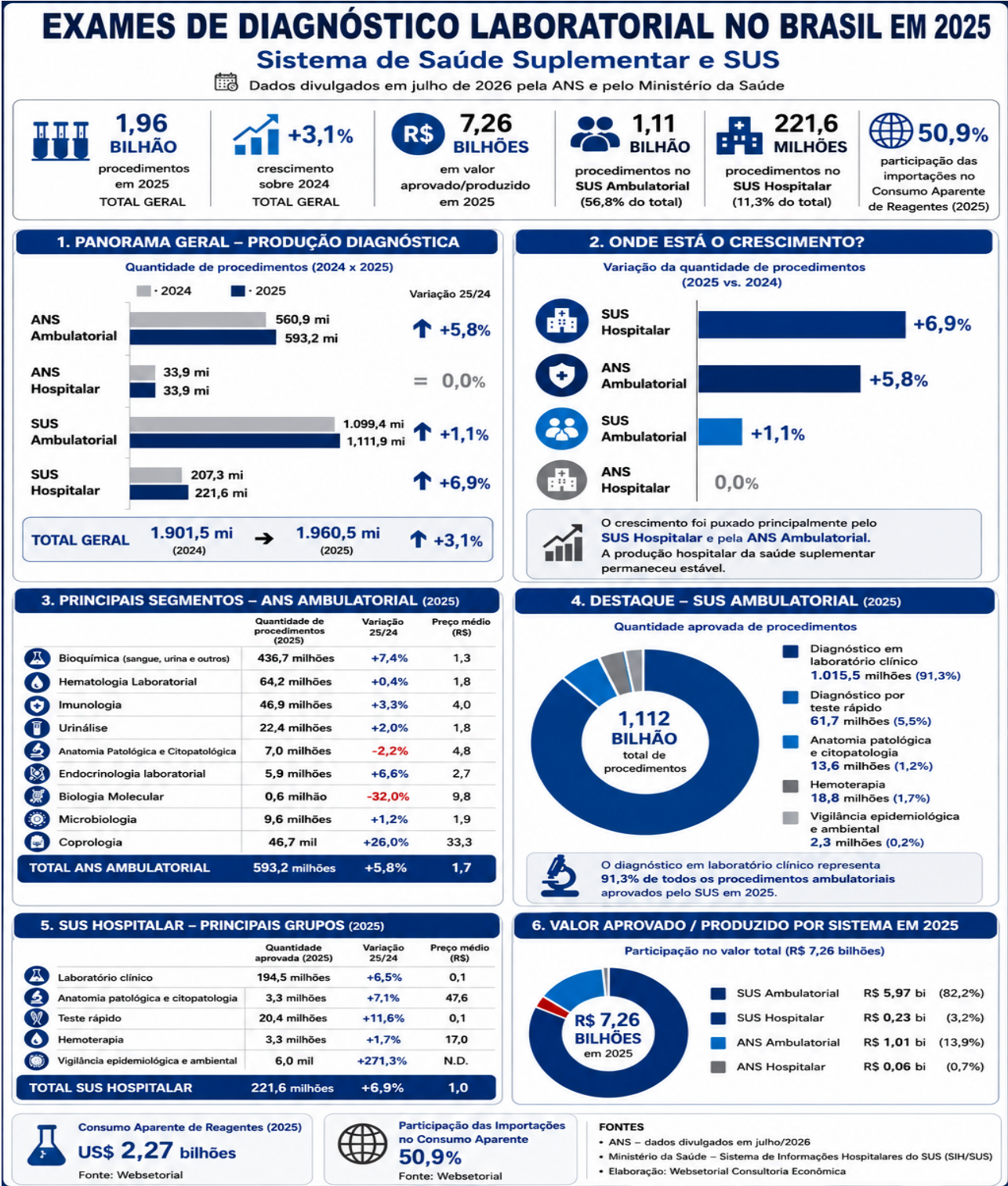


GRÁFICO - 3

BRASIL: VALOR MENSAL DOS PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL DO SUS ATÉ JUNHO DE 2026



INFOGRÁFICO



COMÉRCIO INTERNACIONAL

TABELA - 4

COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO NOS GRUPOS DE REAGENTES PARA DIAGNÓSTICO *IN VITRO* -
EM MILHÕES DE DÓLARES E EM VARIAÇÃO % | ATÉ JUNHO 2026

INDICADORES	Ac. no ano		Ac. no ano		Variação %	
	Jan.a Jun.26	Jan.a Jun.25	Jul.25 a Jun.26	Jul.24 a Jun.25	Acumulado no ano (%)	12 meses
Importações em milhões de US\$						
Total de reagentes e equipamentos para diagnóstico <i>in vitro</i>	997.192	876.464	1.971.851	1.768.099	13,8%	11,5%
Ácidos nucleicos e seus sais	1.956	725	3.162	1.676	169,6%	88,7%
Equipamentos e analisadores para IVD (excl. TI)	227.522	202.879	450.201	420.933	12,1%	7,0%
Preparações para limpeza e desinfetantes	19.734	23.343	42.334	52.228	-15,5%	-18,9%
Reagentes	617.063	545.571	1.224.105	1.084.345	13,1%	12,9%
Materiais e Equipamentos para IVD (excl. TI) - Auxiliares NÃO são somados	944.809	877.878	2.053.970	1.802.776	7,6%	13,9%
Aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	363.671	365.086	814.833	772.717	-0,4%	5,5%
Instrumentos e artigos de laboratório	530.697	477.307	1.154.264	962.065	11,2%	20,0%
Exportações em milhões de US\$						
Total de reagentes e equipamentos para diagnóstico <i>in vitro</i>	95.847	97.602	208.561	194.866	-1,8%	7,0%
Ácidos nucleicos e seus sais	2	7	16	7	-76,6%	118,3%
Equipamentos e analisadores para IVD (excl. TI)	9.073	9.206	22.336	18.965	-1,4%	17,8%
Preparações para limpeza e desinfetantes	10.392	12.275	23.407	25.490	-15,3%	-8,2%
Reagentes	70.539	72.438	149.159	142.156	-2,6%	4,9%
Materiais e Equipamentos para IVD (excl. TI) - Auxiliares NÃO são somados	320.170	172.105	1.162.755	584.310	86,0%	99,0%
Aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	192.553	84.223	564.983	343.392	128,6%	64,5%
Instrumentos e artigos de laboratório	121.396	76.476	578.990	215.377	58,7%	168,8%
Balança comercial em milhões de US\$						
Total de reagentes e equipamentos para diagnóstico <i>in vitro</i>	-901.345	-778.862	-1.763.290	-1.573.232	15,7%	12,1%
Ácidos nucleicos e seus sais	-1.954	-718	-3.146	-1.668	172,0%	88,6%
Equipamentos e analisadores para IVD (excl. TI)	-218.449	-193.673	-427.865	-401.968	12,8%	6,4%
Preparações para limpeza e desinfetantes	-9.342	-11.068	-18.927	-26.737	-15,6%	-29,2%
Reagentes	-546.524	-473.132	-1.074.946	-942.189	15,5%	14,1%
Materiais e Equipamentos para IVD (excl. TI) - Auxiliares NÃO	-624.639	-705.774	-891.215	-1.218.466	-11,5%	-26,9%
Aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes*	-171.118	-280.863	-249.850	-429.325	-39,1%	-41,8%
Instrumentos e artigos de laboratório	-409.301	-400.831	-575.274	-746.688	2,1%	-23,0%

Fonte: Comex Stat - Elaboração Websetorial

Nota: Ao final de 2026, os dados de comércio internacional da CBDL passarão por aprimoramento metodológico em decorrência do entendimento da Receita Federal de que a posição NCM 3822 passou a incorporar, além dos reagentes já nela classificados, todos os reagentes antes incluídos na posição NCM 3002. Assim, a partir de 2027, os dados de importações e exportações classificados na posição NCM 3002 deixarão de ser somados nos cálculos da CBDL.

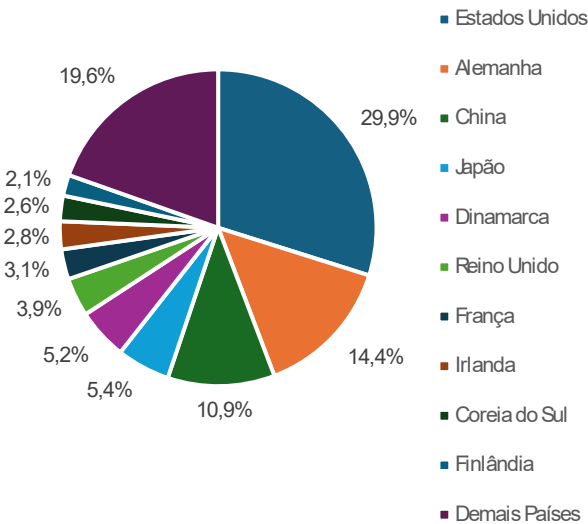
ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

De janeiro a junho de 2026, os Estados Unidos foi o principal país de origem das importações brasileiras de “Reagentes e equipamentos para diagnóstico in vitro”, país do qual o Brasil comprou US\$ 297,8 milhões ou 29,9% dos US\$ 997,2 milhões em IVD que importou no período. Países como Alemanha (14,4%) e China (10,9%) também foram importantes fornecedores de produtos para o Brasil (Gráfico 4).

Os Estados Unidos foi o principal fornecedor de IVDs para o Brasil, em 3 segmentos, do setor. No de “Materiais e Equipamentos para IVD (excl. TI) - Auxiliares NÃO são somados” no total CBDL, a China foi o maior fornecedor para o Brasil (Tabela 5).

GRÁFICO - 4

ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES DE REAGENTES PARA DIAGNÓSTICOS *IN VITRO* EM % | DE JANEIRO A JUNHO 2026



Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

TABELA- 5

PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE REAGENTES PARA DIAGNÓSTICOS *IN VITRO* - EM MILHÕES DE DÓLARES E EM PARTICIPAÇÕES (%) | DE JANEIRO A JUNHO DE 2026

SEGMENTOS	Total de importações - Em milhões US\$	Principal país de origem das importações	Valor importado para o principal parceiro	Part. do parceiro no total (%)
Reagentes e equipamentos para diagnóstico in vitro	997,2	Estados Unidos	297,8	29,9%
Ácidos nucleicos e seus sais	2,0	China	1,1	56,6%
Equipamentos e analisadores para IVD (excl. TI)	227,5	Estados Unidos	67,8	29,8%
Preparações para limpeza e desinfetantes	19,7	Estados Unidos	5,6	28,5%
Reagentes	617,1	Estados Unidos	184,8	30,0%
Materiais e Equipamentos para IVD (excl. TI) - Auxiliares **	944,8	China	299,9	31,7%
Aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes***	363,7	China	93,7	25,8%
Instrumentos e artigos de laboratório**	530,7	China	196,3	37,0%

**Grupo de produtos não somados ao total CBDL
***Novas posições NCM abrangentes e que incluem produtos CBDL e de outros setores da indústria, e por isso não somados ao total CBDL
Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

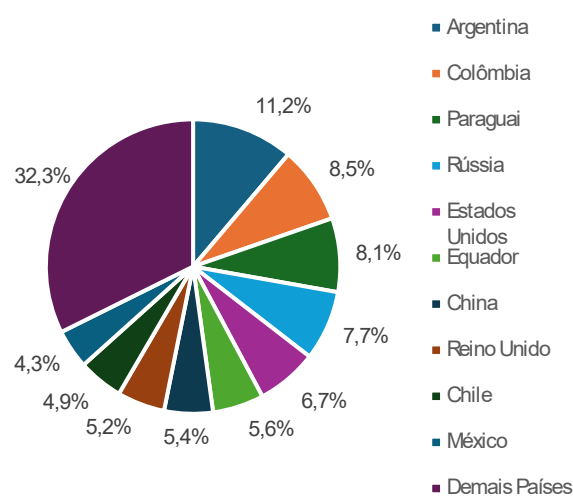
DESTINO DAS EXPORTAÇÕES

No acumulado de janeiro a junho de 2026, a Argentina foi o principal país de destino das exportações brasileiras de todo o grupo de “Reagentes e equipamentos para diagnóstico in vitro”, com valor de US\$ 10,7 milhões ou 11,2% do total exportado. Países como Colômbia (8,5%) e Paraguai (8,1%) também foram importantes compradores desses produtos do Brasil (Gráfico 5).

A Rússia foi o principal comprador de “Reagentes” do Brasil, o que representou 10,3% do total exportado, e em valor US\$ 7,3 milhões. Nos “Materiais e Equipamentos para IVD (excl. TI) - Auxiliares que NÃO são somados no total do setor”, Singapura foi o maior comprador desses produtos comercializados pelo Brasil (Tabela 6).

GRÁFICO - 5

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE REAGENTES PARA DIAGNÓSTICOS *IN VITRO*
EM % | DE JANEIRO A JUNHO DE 2026



Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

TABELA - 6

PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE REAGENTES PARA DIAGNÓSTICOS *IN VITRO* - EM MILHÕES DE DÓLARES E EM PARTICIPAÇÕES (%) | DE JANEIRO A JUNHO DE 2026

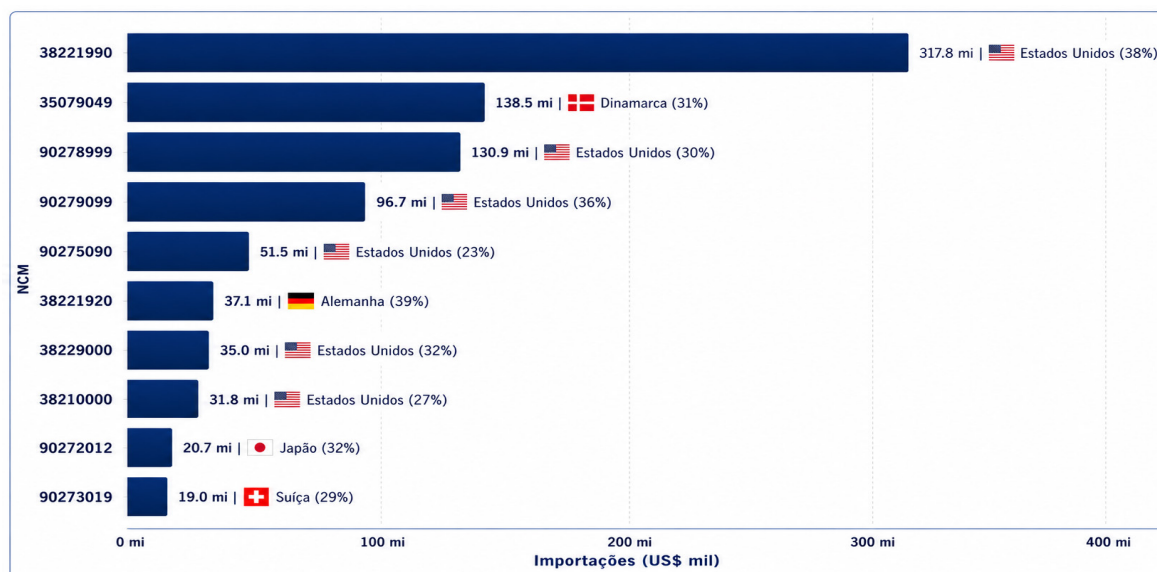
SEGMENTOS	Total de Exportações - Em milhões US\$	Principal país de destino das exportações	Valor exportado para o principal parceiro	Part. do parceiro no total (%)
Reagentes e equipamentos para diagnóstico <i>in vitro</i>	95,8	Argentina	10,7	11,2%
Ácidos nucleicos e seus sais	95,8	Argentina	10,7	11,2%
Equipamentos e analisadores para IVD (excl. TI)	9,1	Estados Unidos	2,8	31,2%
Preparações para limpeza e desinfetantes	10,4	Argentina	3,4	33,1%
Reagentes	70,5	Rússia	7,3	10,3%
Materiais e Equipamentos para IVD (excl. TI) - Auxiliares **	320,2	Singapura	168,6	52,7%
Aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes***	192,6	Singapura	107,4	55,8%
Instrumentos e artigos de laboratório**	121,4	Singapura	61,2	50,4%

* Grupo de produtos não somados ao total CBDL
** Novas posições NCM abrangentes e que incluem produtos CBDL e de outros setores da indústria, e por isso não somados ao total CBDL
Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

RANKING DAS 10 POSIÇÕES MAIS IMPORTADAS

GRÁFICO - 6

RANKING DAS 10 POSIÇÕES NCMs DE REAGENTES PARA DIAGNÓSTICOS *IN VITRO* MAIS IMPORTADAS EM MILHÕES DE DÓLARES E PERCENTUAL % | DE JANEIRO A JUNHO DE 2026



Fonte: Comex Stat | Elaboração: Websetorial

Os dados do primeiro semestre de 2026 evidenciam a forte dependência do Brasil em relação às importações de reagentes, enzimas e equipamentos para diagnóstico e análises laboratoriais. Os 10 códigos NCM analisados totalizam 560 milhões de dólares norte-americanos, dos quais os cinco principais concentram cerca de 56,2% do valor total dos reagentes e equipamentos de diagnóstico *in vitro* importados (US\$997 milhões de dólares norte-americanos).

No período em questão, o código NCM mais importado pelo setor foi o de "Reagentes e equipamentos para diagnóstico *in vitro*", nomeadamente o código "38221990 - Outros reagentes de diagnóstico ou de laboratório em qualquer suporte e reagentes de diagnóstico ou de laboratório preparados, mesmo num suporte, mesmo apresentados sob a forma de estojos, não

classificados em códigos anteriores", que totalizou, no período, US\$318 milhões de dólares, dos quais 38% provieram dos EUA.

Em segundo lugar ficou o código NCM "35079049 - Outras enzimas preparadas", com um total de US\$139 milhões de dólares em importações no período em análise, sendo a Dinamarca o principal país fornecedor.

A concentração é também geográfica: os EUA são a principal origem de grande parte dos produtos analisados.

Para as empresas, este cenário aumenta a exposição a flutuações cambiais, custos logísticos, tarifas e riscos de abastecimento, podendo exercer pressão sobre as margens e os preços finais.

ESTIMATIVA DE IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA E NAS EMPRESAS ASSOCIADAS À CBDL DO FIM DA ESCALA 6X1

Por **Fabiola Paneque e Patricia Marrone**

Introdução

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está articulando apoio para substituir a jornada 6x1 por um modelo 52, com redução da carga semanal de 44 para 40 horas. A proposta deve avançar por meio de um projeto relatado pelo deputado Leo Prates, com implementação gradual até 2028 e possibilidade de escala 4x3 mediante acordo coletivo.

O projeto, de autoria de parlamentares do PCdoB, tramita junto à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada por Erika Hilton, que também trata do fim da escala 61.

A proposta divide opiniões: empresários apontam aumento de custos, risco de demissões e alta de preços, ao passo que trabalhadores destacam ganhos em saúde, qualidade de vida e possível melhoria da produtividade.

Atualmente, o tema ainda está em debate no Congresso. No Senado, uma PEC que reduz a jornada para até 36 horas já passou pela CCJ e aguarda votação em plenário, ao passo que, na Câmara, há versões alternativas em análise.

Argumento político

A PEC que visa mudar regras trabalhistas está sendo usada mais como instrumento político e eleitoral do que como proposta técnica e viável. Essa Proposta tem um forte apelo popular, mas não está suficientemente embasada em estudos econômicos e de impactos concretos. Pode gerar custos elevados para as empresas e a economia sem oferecer garantias claras de ganhos reais para trabalhadores e empregadores.

Propostas desse tipo, quando feitas para “saciar” expectativas eleitorais, correm o risco de criar falsas esperanças e pouca eficácia prática.



Mobilização política para a extinção da Escala 6 x 1

A PEC que extingue a escala 6X1 e reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial, permanece em tramitação no Senado e enfrenta entraves políticos que impedem seu avanço.

O acordo firmado entre o governo e a Câmara prevê uma transição gradual: redução para 42 horas e garantia de dois dias de descanso semanais 60 dias após a promulgação, chegando a 40 horas após um ano. Já Davi Alcolumbre defende a adoção da medida sem período de transição.

Embora haja pressão política favorável à proposta, especialmente em período eleitoral, persistem divergências sobre exceções para determinados setores, além da forte resistência de entidades empresariais e da falta de consenso sobre o rito, a relatoria e o calendário de votação. Caso o Senado altere o texto, a PEC precisará retornar à Câmara, o que pode adiar sua aprovação

definitiva para depois das eleições.

Estimativa dos impactos sobre a economia brasileira

A proposta de redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a adoção da escala 5x2 têm gerado amplo debate entre especialistas, entidades empresariais e pesquisadores, que reconhecem potenciais benefícios sociais, mas divergem quanto aos seus impactos econômicos e à forma de implementação. O professor José Pastore, da FEA-USP, considera legítimo o objetivo de extinguir a escala 6x1, porém defende que mudanças dessa magnitude sejam discutidas e negociadas por setores, por meio da negociação coletiva, alertando para riscos de aumento de custos, insegurança jurídica, informalidade, rotatividade e desemprego. Entre os principais impactos apontados por

entidades econômicas, destacam-se:

- **Impacto no PIB:** estudo da CNI estima uma possível redução de 0,7% do PIB, equivalente a R\$ 76,9 bilhões, em razão do aumento dos custos trabalhistas e da menor competitividade, sobretudo nos setores de indústria, comércio e serviços.
- **Pressão sobre custos e preços:** a manutenção dos salários com menos horas trabalhadas eleva o custo da mão de obra por hora. Estimativas da Fecomércio SP apontam impactos de até R\$ 158,2 bilhões para as empresas, ao passo que a CNI projeta custos anuais entre R\$ 178,2 bilhões e R\$ 267,2 bilhões, o que pode exigir novas contratações, ampliação de horas extras e repasse parcial aos preços finais.

FIGURA 1

ESTIMATIVA DOS IMPACTOS GERAIS DA EXTINÇÃO DA JORNADA 6x1

IMPACTO	DESCRIÇÃO	NÍVEL DE IMPACTO
 Aumento dos custos operacionais	Empresas poderão precisar contratar mais funcionários ou ampliar o pagamento de horas extras para manter o mesmo nível de operação.	 MUITO ALTO
 Impacto maior em setores intensivos em mão de obra	Comércio, serviços, supermercados, hotéis, restaurantes, saúde, logística e outros setores serão os mais afetados.	 ALTO
 Risco de aumento da inflação	A elevação dos custos pode ser repassada aos preços, pressionando a inflação, especialmente em serviços.	 ALTO
 Perda de competitividade	O Brasil pode se tornar menos competitivo em relação a outros países com jornadas mais flexíveis e custos menores.	 ALTO
 Pressão sobre pequenas e médias empresas (PMEs)	PMEs, com menor margem e capacidade de gestão, podem ter mais dificuldade para absorver os novos custos.	 MODERADO
 Valorização da negociação coletiva e flexibilidade	A importância de acordos e convenções coletivas aumenta para permitir ajustes à realidade de cada setor.	 MODERADO
LEGENDA:  MUITO ALTO Impacto crítico e imediato  ALTO Impacto significativo  MODERADO Impacto médio e administrável		

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Confederação Nacional da Indústria (CNI); elaboração Websetorial

- **Necessidade de ganhos de produtividade:** especialistas destacam que a redução da jornada depende de investimentos em tecnologia, automação, qualificação profissional e modernização dos processos produtivos para preservar a competitividade e evitar perdas econômicas. A baixa produtividade da economia brasileira é apontada como um dos principais desafios para a implementação da medida.
- **Reorganização empresarial:** empresas poderão rever escalas de trabalho, ampliar equipes ou reorganizar operações, especialmente em atividades contínuas e setores de menor margem de lucro. Deverá haver expansão do trabalho intermitente, regime que permite a contratação por dias ou horas de serviço, com carteira assinada.
 - **Desafios jurídicos e trabalhistas:** a mudança exigirá adaptações em contratos, acordos coletivos e mecanismos de

TABELA - 7

BRASIL – DADOS GERAIS DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS COM 30 OU MAIS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO AS DIVISÕES, OS GRUPOS E AS CLASSES DE ATIVIDADES (CNAE 2.0), 2024

VARIÁVEL	21.10-6 Fabricação de produtos farmoquímicos	32.50-7 Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos
Número de empresas do estrato certo (Unidades)	21	361
Pessoal ocupado em 31/12 (Pessoas)	1.820	52.858
Total de salários, retiradas e outras remunerações (Mil Reais)	R\$ 121.784	R\$ 2.964.610
Gastos com pessoal - contribuições para a previdência social (Mil Reais)	R\$ 30.804	R\$ 681.572
Gastos com pessoal - FGTS (Mil Reais)	R\$ 9.409	R\$ 232.230
Gastos com pessoal - contribuições para a previdência privada (Mil Reais)	R\$ 133	R\$ 18.460
Gastos com pessoal - indenizações trabalhistas (Mil Reais)	R\$ 1.986	R\$ 90.288
Gastos com pessoal - benefícios concedidos aos empregados (Mil Reais)	R\$ 30.830	R\$ 713.026
Total de gastos com pessoal (Mil Reais)	R\$ 194.946	R\$ 4.700.186
Receita bruta total (Mil Reais)	R\$ 2.717.361	R\$ 25.763.337

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual – Empresa.

compensação de jornada, podendo ampliar disputas judiciais e demandas por maior segurança regulatória.

- **Efeitos sobre o emprego:** as avaliações são divergentes. Parte dos especialistas e entidades empresariais alerta para os riscos de aumento da informalidade, cautela nas contratações e redução do emprego formal. Por outro lado, estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam que o impacto médio sobre os custos operacionais seria relativamente limitado

e lembram que a redução da jornada de 48 para 44 horas, em 1988, não resultou em aumento significativo do desemprego, sendo acompanhada por ganhos salariais e melhorias nas condições de trabalho.

Em síntese, embora a redução da jornada possa promover avanços sociais e melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores, seus efeitos econômicos dependerão da capacidade de elevar a produtividade, da adaptação das empresas e da construção

de mecanismos graduais e negociados de implementação, capazes de equilibrar competitividade, geração de empregos e sustentabilidade fiscal.

Impacto sobre o setor de diagnóstico laboratorial

A Tabela 7 apresenta o total de gastos com salários e benefícios nas CNAEs das empresas do setor representado pela CBDL. Desconsiderando as indenizações trabalhistas e os custos com previdência privada, o setor desembolsa aproximadamente R\$ 4,8 bilhões por ano com pessoal assalariado. De acordo com estimativas da CNI, a transição da escala 61 para 52 poderá elevar a folha de pagamento entre 7,7% e 11,6%, com média próxima de 10%, o que representaria um custo adicional de cerca de R\$ 480 milhões anuais para as empresas do setor.

Mecanismos de adaptação das empresas à Proposta

Segundo especialistas e entidades do setor, o comércio, os bares e os restaurantes estariam entre os segmentos mais afetados pela redução da jornada de trabalho, devido à elevada dependência de mão de obra e ao funcionamento contínuo. Entre as possíveis estratégias de adaptação das empresas estariam o repasse de custos aos preços, a substituição de trabalhadores, investimentos em automação e a redução de investimentos. A Abrasel - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes estima que os custos com mão de obra no setor de alimentação poderiam aumentar cerca de 20%, ao que passo o estudo da CNC projeta que a redução da jornada para 40 horas semanais geraria um custo adicional superior a R\$ 350 bilhões anuais para os setores de comércio e serviços, com potencial impacto de aproximadamente 13% nos preços ao consumidor.

Medidas governamentais compensatórias às empresas: desoneração da folha de salários

O debate sobre o fim da escala 6x1 tem ampliado as discussões sobre medidas compensatórias para reduzir os impactos sobre as empresas, com destaque para a desoneração da folha de pagamentos. Propostas como a PEC 1/2026 defendem a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha por

uma cobrança sobre o faturamento, buscando diminuir custos de contratação e estimular a formalização do emprego. Entretanto, a medida enfrenta divergências, devido aos possíveis impactos fiscais e ao julgamento no STF sobre a constitucionalidade da prorrogação da desoneração. Enquanto setores produtivos e parte do Congresso consideram o mecanismo essencial para preservar empregos, o governo ressalta a necessidade de compensação fiscal e equilíbrio das contas públicas. Assim, a discussão reflete o desafio de conciliar a redução dos custos trabalhistas e a manutenção do emprego com a responsabilidade fiscal e a sustentabilidade das contas públicas.

Conclusões

A redução da jornada para 40 horas semanais e a adoção da escala 52 podem gerar benefícios relacionados à qualidade de vida dos trabalhadores, mas seus efeitos econômicos dependerão da capacidade de elevar a produtividade e adaptar a organização do trabalho.

Sem ganhos de eficiência, a menor disponibilidade de horas trabalhadas pode aumentar custos operacionais, pressionar a massa salarial, ampliar a rotatividade e dificultar a geração de empregos.

Empresas com maior capacidade para investir em inovação e eficiência terão mais facilidade para absorver a mudança. Por outro lado, setores de baixa produtividade e margens reduzidas poderiam enfrentar maiores dificuldades.

Nesse contexto, a implementação gradual da medida e a negociação coletiva surgem como instrumentos importantes para mitigar impactos e equilibrar os objetivos de bem-estar dos trabalhadores com a sustentabilidade econômica das empresas.

EM SÍNTESE, A REDUÇÃO DA JORNADA PODE TRAZER BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES, MAS SEUS EFEITOS ECONÔMICOS DEPENDERÃO DA CAPACIDADE DE AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E DE ADAPTAR A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. SEM ESSAS MUDANÇAS, PODERÁ HAVER PRESSÕES SOBRE CUSTOS, EMPREGOS E SALÁRIOS EM ALGUNS SETORES DA ECONOMIA.

Informações relevantes sobre o mercado

EPIDEMIOLOGIA

Surto de ebola: Autoridades de saúde e equipes médicas intensificaram os esforços para controlar um novo surto de Ebola em países africanos, mobilizando profissionais para identificar casos, rastrear contatos e isolar pacientes infectados. A rápida resposta é considerada fundamental para evitar que a doença se espalhe para outras regiões.

Entre as principais medidas adotadas estão o reforço da vigilância epidemiológica, campanhas de conscientização da população, ampliação da capacidade de diagnóstico e distribuição de vacinas para grupos de maior risco. Organizações internacionais também apoiam as ações locais com recursos, treinamento e assistência técnica.

O Ebola é uma doença viral grave, com alta taxa de mortalidade, transmitida pelo contato direto com fluidos corporais de pessoas ou animais infectados. Embora existam vacinas e tratamentos que melhoraram significativamente o controle da doença nos últimos anos, surtos continuam sendo um desafio devido às limitações da infraestrutura de saúde em algumas regiões e à dificuldade de monitorar todos os contatos dos infectados.

Controle do uso de antimicrobianos na produção animal para evitar a epidemia de RAM:

A União Europeia rejeitou o pedido do Brasil para adotar um período de transição nas novas regras para o uso de antimicrobianos na produção animal, que passam a valer em setembro de 2026. A medida afeta principalmente as exportações brasileiras de carne bovina para o bloco europeu.

O principal desafio é a rastreabilidade do rebanho. A UE exige que o Brasil comprove todo o histórico sanitário dos animais exportados, garantindo que não houve uso de antimicrobianos proibidos em nenhuma etapa da produção. Como os bovinos frequentemente passam por diversas propriedades ao longo da vida, o controle e a documentação de toda a cadeia produtiva tornam-se mais complexos.

O governo brasileiro propôs uma implementação gradual, com comprovação inicialmente restrita ao período próximo ao abate, enquanto um sistema mais abrangente seria desenvolvido. No entanto, a proposta foi recusada pela UE.



Enquanto setores como aves, ovos e mel possuem cadeias produtivas mais integradas e controladas, facilitando a adequação às novas exigências, a pecuária bovina, por outro lado, precisará acelerar investimentos em sistemas de monitoramento e rastreamento.

A decisão da União Europeia reforça a tendência global de maior rigor regulatório em questões sanitárias e de sustentabilidade. Para manter o acesso ao mercado europeu, a cadeia pecuária brasileira precisará acelerar a modernização dos sistemas de rastreabilidade, transformando uma exigência regulatória em um diferencial competitivo para o setor a longo prazo.

A proposta do governo brasileiro de restringir o uso de medicamentos antimicrobianos na pecuária gerou divergências entre a indústria veterinária e os produtores rurais. As novas regras, estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), proíbem o uso de determinados antimicrobianos como promotores de crescimento animal, em linha com recomendações internacionais para combater a resistência aos antibióticos.

À medida que a indústria farmacêutica defende regras mais rigorosas e o uso racional desses medicamentos para preservar sua eficácia e atender às exigências dos mercados internacionais, entidades representativas dos pecuaristas alertam para possíveis impactos sobre a produtividade, como aumento dos custos de produção e dificuldades de adaptação, especialmente para pequenos e médios produtores.

O debate ganhou força diante das exigências sanitárias da União Europeia, que passou a cobrar maior controle e rastreabilidade sobre o uso de antimicrobianos na produção animal. Para manter a competitividade das exportações brasileiras, o setor precisará

investir em boas práticas de manejo, biossegurança, vacinação e sistemas de rastreabilidade que reduzam a dependência desses medicamentos.

Combate ao HIV: São Paulo se consolidou como referência no combate ao HIV ao combinar políticas públicas contínuas, ampla rede de atendimento, testagem em larga escala e início rápido do tratamento. Entre 2016 e 2023, a capital reduziu cerca de 55% das novas infecções por HIV, resultado associado à expansão da prevenção, especialmente com a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), além do acesso gratuito à diagnóstico e tratamento. Outro diferencial foi a continuidade das políticas ao longo dos anos, independentemente de mudanças de governo, somada à atuação da sociedade civil e de organizações comunitárias, que ajudam a alcançar populações mais vulneráveis. A cidade também avançou na eliminação da transmissão vertical (de mãe para filho) e se tornou referência nacional na oferta de estratégias de prevenção e cuidado. Apesar dos avanços, especialistas destacam desafios como o combate ao estigma, a ampliação do acesso à PrEP, a redução das desigualdades sociais e a expansão do modelo paulista para outras regiões do país.

TESTES DE DIAGNÓSTICO

Teste genético para a detecção de câncer: O Ministério da Saúde oficializou a incorporação do Sequenciamento de Nova Geração (NGS) no SUS para identificar mutações nos genes BRCA1 e BRCA2 em pacientes com câncer de mama, com prazo de 180 dias para implementação. O teste permitirá terapias-alvo mais assertivas e facilitará o rastreamento familiar preventivo para identificar riscos hereditários. O exame também permite mostrar quais são as pessoas com maior risco de desenvolver câncer de mama ou ovário. O resultado do exame pode influenciar a escolha do tratamento, sobretudo com indicação de terapias específicas para pacientes com essas mutações, além de auxiliar no acompanhamento de familiares com risco aumentado

Diagnóstico e tratamento do câncer: O Brasil possui centros de excelência oncológica cujo padrão técnico é comparável aos melhores hospitais do mundo (como os dos EUA), com



médicos altamente qualificados e rigor nos protocolos. O grande diferencial nacional é a relação médico-paciente e o acolhimento.

O País conta com centros de excelência em oncologia, como o Hospital de Amor, o A.C. Camargo Cancer Center, o ICESP e o INCA, que oferecem tratamentos avançados, incluindo cirurgia oncológica, radioterapia, quimioterapia, imunoterapia e acesso a estudos clínicos.

O acesso às terapias mais modernas costuma ser mais rápido na rede privada, ao passo que o SUS garante tratamento gratuito, mas enfrenta desafios como filas e demora na incorporação de novas tecnologias.

Entre os principais obstáculos estão o tempo de espera para o diagnóstico e o início do tratamento em algumas regiões, além das diferenças de estrutura entre hospitais. Comparado a países como os Estados Unidos, o Brasil ainda participa menos de estudos clínicos de fases iniciais e tem acesso mais lento a terapias de ponta. Por outro lado, a oncologia brasileira é reconhecida pela qualidade do atendimento, acolhimento e cuidado personalizado aos pacientes.

Diagnóstico de demência: Estudo da Universidade Federal de São Paulo e do ELSI-Brasil aponta que quatro em cada cinco

idosos brasileiros com demência não possuem diagnóstico médico, o equivalente a cerca de 2 milhões de pessoas. O problema é mais grave entre analfabetos, em que o subdiagnóstico chega a 93,9%, e nas regiões mais pobres do país.

Os pesquisadores atribuem o cenário à dificuldade de acesso aos serviços de saúde, à falta de capacitação profissional e à crença de que a perda de memória faz parte do envelhecimento normal. O estudo destaca que o diagnóstico precoce é fundamental para iniciar tratamentos, orientar familiares e melhorar o cuidado aos pacientes. Como resposta, os autores defendem o fortalecimento da detecção precoce na atenção primária, maior conscientização da população e políticas públicas para reduzir as desigualdades no diagnóstico da doença.

Acesso ao exame pré-natal: Um estudo do Centro Internacional de Equidade em Saúde da Universidade Federal de Pelotas e da Umane revelou que 20% das gestantes brasileiras não completam as sete consultas mínimas de pré-natal recomendadas pelo Ministério da Saúde. Embora quase todas iniciem o acompanhamento, muitas não conseguem mantê-lo até o final da gestação.

As maiores desigualdades afetam mulheres indígenas, adolescentes, com baixa escolaridade e moradoras das regiões Norte e Nordeste. Entre mulheres sem escolaridade, apenas 44,2% concluem o pré-natal mínimo, ao passo que entre indígenas esse índice é de 51,5%.

A interrupção do pré-natal aumenta os riscos de parto prematuro, baixo peso ao nascer e outras complicações maternas e infantis. Diante desse cenário, os pesquisadores defendem políticas focadas na equidade, com busca ativa de gestantes vulneráveis, ampliação de estratégias adequadas às populações indígenas, fortalecimento da atenção primária e melhoria da infraestrutura de saúde nas regiões mais carentes do país.

Questionamento da eficácia de testes genéticos de venda direta: Os testes genéticos vendidos diretamente ao consumidor têm ganhado popularidade ao prometer indicar dietas, treinos e riscos de doenças. No entanto, especialistas alertam que muitos desses exames possuem limitações e podem gerar interpretações equivocadas.

Diferentemente dos testes clínicos, que são cientificamente validados e utilizados para diagnosticar doenças, identificar mutações hereditárias e orientar tratamentos, os exames comerciais costumam analisar apenas partes do DNA,

reduzindo a precisão dos resultados.

Essa limitação pode levar tanto a uma falsa sensação de segurança quanto a preocupações desnecessárias. Além disso, estudos apontam que alguns testes comerciais apresentam alta taxa de falsos positivos para mutações raras. Por isso, especialistas recomendam que resultados genéticos sejam sempre interpretados com acompanhamento médico e, quando necessário, confirmados por exames mais completos.

Testes genéticos para nutrição: Especialistas em nutrição e medicina esportiva avaliam com ceticismo os testes genéticos que prometem indicar a dieta ideal, o melhor tipo de exercício ou prever desempenho esportivo. Segundo eles, muitas dessas análises têm base científica limitada e simplificam excessivamente a influência dos genes sobre características complexas, que dependem também de fatores como alimentação, treinamento, sono e estilo de vida.

Embora a genética possa contribuir para entender algumas predisposições individuais, os exames comercializados ao público geralmente analisam um número reduzido de variantes genéticas e oferecem recomendações que nem sempre são validadas cientificamente. Isso pode levar consumidores a gastar dinheiro com informações de utilidade prática questionável.

Os especialistas destacam que não existe um “gene do esporte” ou uma fórmula genética capaz de definir com precisão a melhor dieta ou modalidade esportiva para cada pessoa. Por isso, defendem que orientações nutricionais e de treinamento continuem sendo baseadas em avaliação clínica, hábitos de vida, objetivos individuais e acompanhamento profissional, e não apenas em resultados de testes genéticos comerciais.

Importância da testagem da dengue para evitar síndrome de Guillain-Barré (SGB): Um estudo inédito da Fiocruz Bahia, publicado na revista científica *New England Journal of Medicine*, confirmou que a dengue aumenta significativamente o risco de desenvolver a Síndrome de Guillain-Barré (SGB), uma doença neurológica rara e potencialmente grave.

A pesquisa mostrou que pessoas infectadas pela dengue têm um risco 17 vezes maior de desenvolver SGB nas seis semanas seguintes à infecção. Nas duas primeiras semanas após o início dos sintomas, esse risco sobe para 30 vezes. Em termos absolutos, estima-se que, para cada 1 milhão de casos de dengue, cerca de 36 pessoas desenvolvam a síndrome.

A SGB provoca fraqueza muscular progressiva, podendo evoluir para paralisia e insuficiência respiratória, exigindo internação em UTI e suporte ventilatório. Por isso, os pesquisadores defendem que a síndrome passe a integrar os protocolos de vigilância da dengue, especialmente durante surtos, com monitoramento ativo de pacientes nas semanas seguintes à infecção.

O estudo também alerta profissionais de saúde para a importância de investigar SGB em pacientes que tiveram dengue recentemente e apresentem sintomas como fraqueza nas pernas ou formigamento ascendente. O diagnóstico precoce é essencial, pois tratamentos como imunoglobulina e plasmaférese são mais eficazes quando iniciados rapidamente.

O alerta ganha relevância diante da pior epidemia de dengue da história do Brasil, registrada em 2024, com mais de 4 milhões de casos prováveis, 3.809 mortes e centenas de óbitos ainda em investigação.

Como resposta ao avanço da doença, o Ministério da Saúde incorporou testes rápidos de dengue ao SUS para acelerar o diagnóstico e aprovou a vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan, que demonstrou 80,5% de eficácia contra casos graves e proteção duradoura por pelo menos cinco anos.

Segundo os pesquisadores, a prevenção da dengue por meio da vacinação e do controle da doença reduz não apenas os casos da infecção, mas também complicações graves associadas, como a Síndrome de Guillain-Barré, evitando internações prolongadas, necessidade de ventilação mecânica e possíveis sequelas permanentes.

Interfarma, esse avanço poderia gerar R\$ 6,3 bilhões por ano para a economia, atrair R\$ 2,1 bilhões em investimentos diretos, criar 56 mil empregos qualificados e beneficiar cerca de 286 mil pacientes.

Grandes farmacêuticas internacionais, como AstraZeneca, AbbVie, Biogen, Roche, Novartis, Sanofi, Takeda e Cristália, ampliaram significativamente seus investimentos em pesquisa clínica no Brasil, com foco no desenvolvimento de terapias inovadoras para doenças raras, oncologia, hematologia e genética.

Apesar da multiplicação dos investimentos e da expansão da infraestrutura de pesquisa, o acesso dos pacientes aos tratamentos ainda representa um grande desafio. Desde 2012, apenas 41% das tecnologias para doenças raras avaliadas pelo SUS foram incorporadas e somente 51 terapias chegaram efetivamente aos pacientes. Embora o Ministério da Saúde tenha ampliado a rede de atendimento especializada e incorporado novas tecnologias, especialistas apontam que o principal obstáculo continua sendo transformar os avanços científicos em acesso amplo, rápido e equitativo aos tratamentos.

Com um ambiente regulatório mais favorável e o aumento do interesse das farmacêuticas globais, o Brasil reforça sua posição como polo estratégico para pesquisa clínica em doenças raras. O desafio agora é converter esse potencial em benefícios concretos para a população.

ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO DIAGNÓSTICO

Pesquisas clínicas e terapias inovadoras em doenças raras: O Brasil está se consolidando como um dos principais destinos para pesquisas clínicas em doenças raras, impulsionado pela diversidade genética da população, pelo novo marco regulatório da pesquisa clínica e pela estrutura do SUS. Atualmente na 19ª posição mundial em estudos clínicos, o país tem potencial para integrar o grupo dos dez maiores mercados globais. Segundo a

Uso de vacina de RNA no tratamento do câncer: As vacinas de RNA mensageiro (RNAm), a mesma tecnologia utilizada em algumas vacinas contra a Covid-19, têm potencial para transformar o tratamento do câncer nos próximos anos.

Diferentemente das vacinas tradicionais, que previnem doenças, as vacinas de RNA contra o câncer são terapêuticas: elas treinam o sistema imunológico para reconhecer e atacar células tumorais específicas.

Resultados recentes em pacientes com melanoma indicaram que a combinação de vacinas de RNA com imunoterapia reduziu significativamente o risco de recidiva e morte em comparação com a imunoterapia isolada. Pesquisas também estão em

andamento para câncer de pulmão, colorretal, pâncreas, rim e outros tumores.

As vacinas de RNA mensageiro deverão ser a principal revolução no tratamento do câncer nos próximos anos.

As vacinas de RNAm não devem substituir cirurgias, quimioterapia ou imunoterapia a curto prazo, mas têm potencial para mudar profundamente a forma como o câncer é tratado, tornando os tratamentos mais personalizados, o que aumentará as chances de controle da doença, além de prevenção de recaídas. Muitos especialistas consideram essa tecnologia uma das maiores inovações da oncologia desde o surgimento da imunoterapia.

Diagnóstico e atendimento por telemedicina por Start Up em empresas e na periferia: As cabines de telemedicina desenvolvidas pela startup h.ai estão ampliando o acesso à saúde em empresas e comunidades da periferia de São Paulo por meio de um modelo híbrido que combina atendimento presencial e consulta médica por videochamada. O paciente é inicialmente atendido por uma técnica de enfermagem, que realiza exames e coleta informações clínicas. Em seguida, um médico generalista faz a consulta remota com acesso em tempo real aos resultados dos exames e ao histórico do paciente.

A tecnologia permite a realização de até 15 exames, incluindo aferição de pressão arterial, glicemia, saturação de oxigênio, frequência cardíaca, eletrocardiograma, ausculta cardíaca e pulmonar, avaliação de ouvido, garganta, pele e fundo de olho. Um dos diferenciais é a utilização de equipamentos digitais capazes de transmitir imagens, sons e dados clínicos diretamente ao médico, tornando a consulta mais completa do que a telemedicina convencional.

Criada inicialmente para atender a trabalhadores dentro de empresas, a solução busca agilizar atendimentos, reduzir afastamentos por problemas de saúde evitáveis e melhorar o acompanhamento de doenças crônicas. Atualmente, existem cerca de 20 cabines em operação no ambiente corporativo. Desde o final de 2024, o projeto também passou a oferecer atendimento gratuito em comunidades da zona sul de São Paulo, com apoio financeiro da AstraZeneca.

Desde o início da iniciativa social, aproximadamente 5 mil atendimentos foram realizados. Os dados coletados revelaram uma elevada incidência de doenças crônicas e fatores de risco cardiovasculares, com 59,6% dos pacientes apresentando

sobrepeso ou obesidade e 25,5% hipertensão. Entre pessoas com mais de 50 anos, a prevalência de pressão alta chegou a 35,5% dos casos.

Segundo a empresa, mais de 90% deles são resolvidos na própria cabine, com orientações médicas, receitas ou acompanhamento de sintomas simples, contribuindo para reduzir a procura desnecessária por prontos-socorros. No entanto, a iniciativa ainda enfrenta desafios, como a baixa divulgação do serviço nas comunidades e a falta de integração com o SUS. Atualmente, pacientes que necessitam de atendimento especializado ainda precisam seguir o fluxo tradicional da rede pública, mesmo já tendo passado por avaliação médica e exames na cabine.

A proposta é facilitar o acesso à saúde básica, aumentar a capacidade de diagnóstico precoce e diminuir a sobrecarga do sistema de saúde, especialmente em regiões com maior vulnerabilidade social e dificuldade de acesso a serviços médicos.

Uso de IA no Fleury: O Grupo Fleury está investindo em inteligência artificial, genômica e análise de dados para transformar a saúde, migrando de um modelo focado no tratamento de doenças para outro baseado na prevenção e na medicina preditiva. A estratégia combina testes genéticos, que identificam predisposições e riscos de doenças, com ferramentas de IA capazes de aprimorar a interpretação de exames, automatizar processos e apoiar decisões médicas.

Com isso, a empresa procura ampliar a medicina de precisão, oferecendo diagnósticos mais rápidos e tratamentos personalizados. Segundo o Fleury, a integração entre tecnologia, dados e genômica pode melhorar os resultados clínicos, fortalecer a prevenção e aumentar a eficiência do sistema de saúde, reduzindo custos com doenças diagnosticadas em estágios avançados.

FONTES DAS INFORMAÇÕES

BLUE STUDIO. Como São Paulo consolidou liderança na resposta ao HIV. Estadão, São Paulo, 29 mar. 2026. p. A16.

BUZAID, Antônio Carlos. Se tivesse câncer, me trataria no Brasil. Estadão, São Paulo, 19 abr. 2026. p. A19.

CAMBRICOLI, Fabiana. Em alta, testes genéticos podem mais confundir que ajudar a prever riscos. Estadão, São Paulo, 15 abr. 2026. p. A16.

CAMBRICOLI, Fabiana. Em nutrição e esporte, especialistas veem teste como enganação. Estadão, São Paulo, 15 abr. 2026. p. A18.

CAMBRICOLI, Fabiana. Estudo indica 2 milhões no País com demência ainda não diagnosticada. Estadão, São Paulo, 23 maio 2026. p. A18.

CAMBRICOLI, Fabiana. Uma cabine de atendimento por telemedicina que é capaz de realizar 15 exames. Estadão, São Paulo, 17 maio 2026. p. A24.

CAMBRICOLI, Fabiana. Vacina de RNA vai mudar como o câncer é tratado. Estadão, São Paulo, 24 maio 2026. p. A19.

DAMASCENO, Gabriel. Dengue pode aumentar em 17 vezes risco de síndrome de Guillain-Barré. Estadão, São Paulo, 20 abr. 2026. p. A20.

DAMASCENO, Gabriel. Uma em cada cinco gestantes não recebem pré-natal mínimo no Brasil. Estadão, São Paulo, 17 abr. 2026. p. A13.

DE OLIVEIRA, Andreza. Rede pública vai usar teste genético para câncer de mama. Estadão, São Paulo, 24 maio 2026. p. A18.

ESQUER, Michael; NASCIMENTO, Vitória. Farmacêuticas globais ampliam investimentos em pesquisas raras no Brasil. Valor, São Paulo, 6, 7 e 9 jun. 2026. p. B8.

GLOBO RURAL. Medicamentos antimicrobianos opõem indústria a pecuaristas. Globo Rural, junho 2026. Disponível em: <https://globo.com/pecuaria/noticia/2026/06/medicamentos-antimicrobianos-opoem-industria-a-pecuaristas.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2026.

GRUPO FLEURY. Grupo Fleury aposta em inteligência artificial e genômica para transformar a saúde. Valor, São Paulo, 27 mar. 2026. p. A9.



CBDL - CÂMARA BRASILEIRA DE DIAGNÓSTICO

LABORATORIAL

Av. Iraí, 79 - CONJ. 114 B - MOEMA

04082-000 - SÃO PAULO - SP - BRASIL

TEL. +55-11-5094-0132 / CBDL@CBDL.ORG.BR

WWW.CBDL.ORG.BR

INSTAGRAM: @CBDLOFICIAL

LINKEDIN: @CBDLOFICIAL

YOUTUBE: @CBDLCAMARABRASILEIRADEDIAG5273

ELABORAÇÃO



websetorial

WWW.WEBSETORIAL.COM.BR

PESQUISA E DADOS



WWW.INDUSFORUM.COM.BR